

Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Sul América Capitalização S.A. – SULACAP (“Companhia”), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2013, acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base nas normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. Devido a algumas normas emitidas pelo CPC e vigentes na data de publicação dessas demonstrações financeiras, ainda não terem sido referendadas pela SUSEP, essas demonstrações financeiras individuais não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. A Administração avaliou as normas emitidas pelo CPC e ainda não referendadas pela SUSEP e entende que a adoção destas normas, quando aprovadas pelo órgão regulador, não irá gerar efeitos significativos no resultado ou patrimônio líquido da Companhia.

1. Conjuntura econômica: A crise mundial perdeu força ao longo de 2013 e as políticas de estímulo adotadas pela maioria dos países desenvolveram possibilidades de retomada do crescimento, com destaque para a recuperação dos EUA, compensando uma menor expansão apresentada pelas economias emergentes. O PIB mundial apresentou crescimento de 2,9% em 2013 criando as bases para um melhor desempenho em 2014. O governo brasileiro manteve a política econômica adotada em 2012, voltada para proteger o País dos efeitos decorrentes da crise econômica internacional. Alguns incentivos fiscais e creditícios foram colocados em prática buscando estimular o consumo e os investimentos. O consumo se manteve como o principal motor do crescimento, à semelhança do observado em anos anteriores. Já os investimentos foram estimulados pelos gastos em infraestrutura e pelas concessões realizadas ao longo do ano. Os distúrbios políticos ocorridos em meados do ano e a alta dos juros internacionais, devido à maior expansão da economia americana, abalaram a confiança das empresas e consumidores, minando o crescimento no 2º semestre de 2013. O PIB em 2013, para o qual era esperado avanço de 3,0%, encerrou o ano com crescimento em torno de 2,5%. A desconexão entre consumo e produção permaneceu em 2013, levando à redução do superávit externo, bem como a crescentes pressões inflacionárias. Visando impedir que a inflação fugisse de controle, o Banco Central brasileiro iniciou um novo ciclo de aperto monetário em 2013, elevando a taxa SELIC de 7,25% para 10,0% no período. A inflação fechou 2013 em 5,9%, muito próxima da registrada em 2012 (5,8%). Durante o processo de recuperação econômica dos EUA, o Banco Central americano deu sinais de que iniciaria o processo de normalização da política monetária a partir do início de 2014. Isso deu início a um processo de realocação de recursos pelo mundo, que fortaleceu o dólar americano e desvalorizou as cotações das commodities e ativos dos mercados emergentes em geral. O mercado de ações brasileiro, representado pelo índice Ibovespa, recuou 15,5% em 2013. No mesmo período, o Real mostrou depreciação de 14,6%.

2. Principais Informações Financeiras:

Resultado (R\$ milhões)	2013	2012	Var.
Arrecadação com títulos de capitalização	1.890,1	1.495,6	26,4%
Varição da provisão técnica e com resgates	(1.486,7)	(1.192,6)	(24,7%)
Resultado com sorteios	(273,5)	(189,7)	(44,2%)
Custos de aquisição	(56,3)	(58,1)	3,1%
Outras receitas e despesas	(1,7)	4,7	(136,2%)
Despesas administrativas e tributos	(59,8)	(59,2)	(1,0%)
Resultado financeiro	17,2	16,4	4,9%
Resultado patrimonial	39,3	39,6	(0,8%)
Outros	(4,2)	(6,1)	31,1%
Lucro líquido	64,4	50,6	27,3%

3. Comentário sobre o desempenho: A Companhia totalizou R\$ 1.890,1 milhões na arrecadação com títulos de capitalização em 2013, um crescimento de 26,4% quando comparado ao ano anterior. O resultado com sorteios representou uma despesa de R\$ 273,5 milhões, 44,1% maior do que em 2012. O lucro líquido no exercício foi de R\$ 64,4 milhões, aumento de 27,2% frente ao ano anterior.

4. Reorganização societária: Em 28 de maio de 2012, a controladora da Companhia firmou contrato de compra e venda de ações com a Sul América Santa Cruz Participações S.A. (“Santa Cruz”) e sua controladora Sul América S.A., visando à aquisição pela Santa Cruz da totalidade da participação detida pela Saspar Participações S.A. no capital social da Companhia, representativa de 83,27%, pelo preço base de R\$214 milhões, podendo este ser incrementado em até R\$71 milhões, desde que satisfeitas determinadas condições previstas no contrato. A operação foi concluída em abril de 2013.

5. Distribuição do resultado:

Destinação do lucro líquido do exercício	2013	2012
Lucro líquido do exercício antes dos impostos e participações	75.741	60.884
(-) Impostos e contribuições	(8.902)	(8.382)
(-) Participações	(2.419)	(1.870)
Outras realizações	-	7.937
Lucro líquido do exercício após impostos e participações	64.420	58.569
Subtotal	64.420	58.569
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(3.221)	-
Lucro líquido ajustado (artigo 202 – Lei nº6.404/76 e posteriores alterações)	61.199	58.569
Dividendos mínimos propostos – (R\$42.381,08 por ação)	(15.300)	-
Dividendos antecipados e pagos – (R\$101.818,18 por ação em 2012)	-	(28.000)
Constituição de reserva estatutária	(45.899)	(30.569)

6. Investimentos: Em 31/12/2013, a Companhia mantinha investimentos diretos na Caixa Capitalização S.A., no montante de R\$ 59,1 milhões.

7. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento”: A Companhia não possui ativos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

8. Acordo de Acionistas: A Sul América Capitalização S.A. – SULACAP não é parte de nenhum acordo de acionistas.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2014.

A ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (em milhares de reais)

	Notas	2013	2012
Receita líquida com títulos de capitalização	19.1	403.397	302.919
Arrecadação com títulos de capitalização	-	1.890.143	1.495.568
Varição da provisão para resgate	-	(1.486.746)	(1.192.649)
Varição das provisões técnicas	-	(6.390)	274
Resultado com outras provisões técnicas	-	(6.390)	274
Resultado com sorteio	-	(273.475)	(189.722)
Custos de aquisição	19.2	(56.288)	(58.116)
Outras receitas e despesas operacionais	19.3	(1.741)	4.665
Outras receitas operacionais	-	5.322	9.542
Outras despesas operacionais	-	(7.063)	(4.877)
Despesas administrativas	19.4	(53.334)	(52.881)
Despesas com tributos	19.5	(6.511)	(6.303)
Resultado das operações de capitalização	-	5.657	836
Resultado financeiro	19.6	17.157	16.396
Resultado patrimonial	10	39.254	39.572
Resultado operacional	-	62.068	56.804
Ganhos e perdas com ativos não correntes	19.7	13.673	4.080
Resultado antes dos impostos e participações	-	75.741	60.884
Imposto de renda	19.8	(7.983)	(5.505)
Contribuição social	19.8	(919)	(2.877)
Participações sobre o resultado	-	(2.419)	(1.870)
Lucro líquido	-	64.420	50.632
Quantidade de ações	-	361	275
Lucro líquido por ação	-	178,45	184,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (em milhares de reais)

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	64.420	50.632
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Perdas não realizadas com ativos financeiros disponíveis para venda	(3.819)	(360)
Imposto de renda e contribuição social relacionados aos ativos financeiros disponível para venda	1.528	144
Resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial	(48.481)	16.431
Perdas atuariais, líquidas de ganhos, não realizadas com plano de pensão de benefício definido	(5.949)	-
Imposto de renda e contribuição social relacionados as perdas atuariais, não realizadas com plano de pensão de benefício definido	2.379	-
Resultado abrangente do exercício	10.078	66.847

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (em milhares de reais)

	2013	2012
Atividades operacionais	495.846	446.713
Recebimentos com títulos de capitalização	495.846	446.713
Pagamentos de resgates, sorteios e comissões	(411.351)	(322.015)
Pagamentos de despesas e obrigações	(64.255)	(56.934)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(19)	(585)
Recebimentos de juros e dividendos	39.228	30.811
Constituição de depósitos judiciais	(5.879)	(8.030)
Resgates de depósitos judiciais	1.168	2.512
Outros recebimentos operacionais	1.157	1.115
Caixa gerado pelas operações	55.895	93.587
Impostos e contribuições pagos	(17.013)	(19.652)
Aplicações	(475.671)	(321.771)
Vendas e resgates	378.991	350.783
Rendimentos recebidos	7.082	947
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(50.716)	103.894
Atividades de investimento	649	-
Recebimento pela venda de imobilizado	649	-
Alienação de ativos mantidos para venda	12.994	-
Aquisição de Imobilizado	(91)	(317)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	13.552	(317)
Atividades de financiamento	69.660	-
Aumento de capital	69.660	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.000	-
Pagamento de dividendos	(10.743)	(100.263)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	68.917	(100.263)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	31.753	3.314
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.730	1.416
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	36.483	4.730
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	31.753	3.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 6); e Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 6).

2.3. Moeda funcional e de apresentação: Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Resumo das práticas contábeis: As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

3.1.1. Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera:

• **Receita com títulos de capitalização:** O resultado é apurado pelo regime de competência, incluindo a receita com títulos comercializados juntos as instituições parceiras comerciais, em que o intervalo de tempo entre a data de efetivo pagamento pelo parceiro e o respectivo ingresso do recurso financeiro na Companhia é superior a 1 (um) dia, excetuando-se as importâncias recebidas diretamente dos subscritores de títulos de capitalização, que são reconhecidas contabilmente como receitas com títulos de capitalização pelo regime de caixa. Em relação aos títulos de pagamento único (PU), a Companhia mantém o reconhecimento de suas correspondentes receitas de forma integral no mês de emissão.

• **Receita com resgate antecipado de títulos de capitalização:** A receita com resgate antecipado de títulos de capitalização é registrada pelo regime de competência. Corresponde à penalidade prevista nas condições gerais do título de capitalização para o resgate antecipado, não excedendo a 10% dos valores das contribuições efetuadas até a data do resgate.

• **Receita com a prescrição de títulos:** A receita com a prescrição de títulos corresponde às contribuições registradas nas provisões para resgates de títulos vencidos e antecipados e não resgatados pelos subscritores dos títulos de capitalização nos prazos estabelecidos no Código Civil.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (em milhares de reais)

Ativo	Notas	2013	2012	Passivo	Notas	2013	2012
Ativo circulante	-	722.168	530.607	Passivo circulante	-	840.325	634.048
Disponível	-	1.857	4.730	Contas a pagar	-	47.505	28.397
Caixa e bancos	5	1.857	4.730	Obrigações a pagar	12.1	37.144	18.799
Equivalentes de caixa	5	34.626	-	Impostos e encargos sociais a recolher	-	2.865	1.668
Aplicações	6	455.686	437.212	Encargos trabalhistas	-	1.326	1.323
Créditos das operações de capitalização	7	216.081	74.080	Impostos e contribuições	-	3.245	3.090
Títulos de capitalização - PU	-	216.081	74.080	Outras contas a pagar	12.2	2.925	3.517
Títulos e créditos a receber	8	13.794	14.412	Débito de operações de capitalização	-	389	540
Títulos e créditos a receber	8	10.109	10.332	Depósitos de terceiros	13	2.058	3.529
Créditos tributários e previdenciários	9	2.522	3.211	Provisões técnicas de capitalização	14	790.373	601.582
Outros créditos	16.1	1.163	869	Provisão para resgates	-	736.958	566.708
Outros valores e bens	-	71	156	Provisão para sorteio	-	49.776	31.474
Outros valores	-	71	156	Outras provisões	-	3.639	3.400
Despesas antecipadas	-	53	17	Passivo não circulante	-	105.045	102.649
Ativo não circulante	-	507.601	425.858	Contas a pagar	-	77.946	77.892
Realizável a longo prazo	-	447.627	308.463	Obrigações a pagar	12.1	64.471	66.791
Aplicações	6	318.094	195.998	Impostos diferidos passivos	-	2.455	2.533
Títulos e créditos a receber	-	121.380	102.038	Outras contas a pagar	12.2	11.020	8.568
Créditos tributários e previdenciários	9	35.137	22.997	Outros débitos	-	27.099	24.757
Depósitos judiciais e fiscais	17.1	86.243	79.041	Provisões judiciais	17	27.099	24.757
Outros valores e bens	-	8.153	10.427	Patrimônio líquido	-	284.399	219.768
Ativos classificados como mantidos para venda	11	8.153	10.427	Capital social	18.1	100.309	109.422
Investimentos	-	59.153	116.253	Aumento de capital em aprovação	18.1	69.660	-
Participações societárias	10	59.077	116.177	Adiantamento para futuro aumento de capital	18.1	10.000	-
Propriedades para investimento	-	76	76	Reserva de capital	-	9	9
Imobilizado	-	727	1.014	Reserva de reavaliação	-	3.683	3.799
Imóveis de uso próprio	-	55	57	Reservas de lucros	-	133.962	85.420
Bens móveis	-	663	948	Ajustes de avaliação patrimonial	-	(33.224)	21.118
Outras imobilizações	-	9	9	Total do passivo	-	1.229.769	956.465
Intangível	-	94	128				
Outros intangíveis	-	94	128				
Total do ativo	-	1.229.769	956.465				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto onde mencionado)

Descrição	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva de capital	Reservas de reavaliação	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva suplementar	Dividendos adicionais propostos	Total das reservas de lucro	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 01/01/2012	109.422	-	9	3.189	21.884	30.847	593	50.788	104.112	4.903	-	221.635
Dividendos adicionais aprovados e pagos	-	-	-	-	-	-	-	(50.788)	(50.788)	-	-	(50.788)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.215	-	16.215
Reversão de dividendos não reclamados e reembolso decorrente de grupamento de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.937	7.937
Reversão da baixa de reserva de reavaliação	-	-	-	610	-	-	-	-	-	-	-	610
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50.632	50.632
Destinações do lucro líquido do exercício:												
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	30.569	-	-	30.569	-	(30.569)	-
Dividendos mínimos propostos e pagos em 2012 - (R\$53.244,54 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.642)	(14.642)
Dividendos adicionais proposto e pagos em 2012 - (R\$43.021,00 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.831)	(11.831)
Dividendos adicionais propostos e não pagos em 2012 - (R\$5.553,72 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	1.527	1.527	-	(1.527)	-
Saldos em 31/12/2012	109.422	-	9	3.799	21.884	61.416	593	1.527	85.420	21.118	-	219.768
Ajustes com perdas atuariais	-	-	-	-	-	949	-	-	949	(949)	-	-
Dividendos adicionais aprovados e pagos	-	-	-									

3.1.2. Balanço patrimonial: • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: **3.2.1. Mensurados a valor justo por meio do resultado:** • **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos (vide nota 4.2.2) e de acordo com a gestão de riscos. • **Derivativos:** São classificados no ativo ou passivo circulante como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo compostos por contratos futuros. **3.2.2. Disponíveis para a venda:** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “empréstimos e recebíveis” ou “mantidos até o vencimento” são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.2.3. Mantidos até o vencimento:** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. **3.2.4. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelos créditos a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esses ativos são reconhecidos no resultado. **3.4. Participações societárias:** Reconhecidas inicialmente pelo valor justo, ajustadas pela redução ao valor recuperável e avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. **3.5. Redução ao valor recuperável:** • **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo, se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, estimados de maneira confiável, tais como: desvalorização significativa ou prolongada reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, entre outros. • **Ativos não financeiros:** Os saldos dos ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.6. Ativos não circulantes mantidos para venda:** Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda, caso o seu valor contábil seja recuperado, principalmente, por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo e são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda. **3.7. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 3 anos. **3.8. Provisões técnicas de capitalização:** As provisões técnicas são constituídas e atualizadas mensalmente, de acordo com as notas técnicas, observadas as regulamentações vigentes, apresentadas no Passivo Circulante em função do prazo de carência ser inferior a 12 meses, conforme determinado pela SUSEP, conforme a seguir: **(a) Provisão matemática para capitalização (PMC):** A PMC é constituída para a cobertura dos valores garantidos para o resgate, com base nos valores arrecadados para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial. **(b) Provisão para resgates (PR):** A PR é constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título, devendo contemplar tantos os títulos vencidos quanto os títulos antecipados. **(c) Provisão para sorteios a realizar (PSR):** A PSR é constituída para a cobertura dos valores relativos aos sorteios dos títulos ainda não realizados, cujos sorteios tenham sido custeados, mas que na data da constituição ainda não tenham sido realizados. **(d) Provisão para sorteios a pagar (PSP):** A PSP é constituída na data de realização do sorteio do título de capitalização. **(e) Provisão para despesas administrativas (PDA):** A PDA é constituída para a cobertura dos valores esperados para as despesas administrativas dos planos de capitalização. **3.9. Provisões para ações judiciais:** • **Cíveis e trabalhistas:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis não relacionados a indenizações contratuais, reclamações trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelo Departamento Jurídico interno, pelos consultores legais independentes e pela Administração da Companhia. No caso dos processos judiciais trabalhistas e cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, adicionalmente à avaliação individual do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de perda e o desembolso financeiro. As provisões para processos judiciais estão contabilizadas no passivo não circulante, na rubrica “Provisões judiciais”. Os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cíveis e trabalhistas, estão contabilizados no passivo não circulante, na rubrica “Provisões judiciais”. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”. • **Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, provisionados estão contabilizados na rubrica “Contas a pagar - Obrigações a pagar”, no passivo não circulante. Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos estão contabilizados na rubrica “Provisões judiciais”, no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.10. Benefício a empregados:** Os benefícios compreendem o plano de contribuição definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), o Benefício de Renda Vitalícia e o Programa de Indenização para Executivos. Os custos com o PGBL são reconhecidos no resultado pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com os benefícios de renda vitalícia e com o programa de indenização de executivos são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos efetuados por atuários internos, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. Com a revisão do CPC 33 - Benefícios a empregados, os ganhos e/ou perdas atuariais do Benefício de Renda Vitalícia e do Programa de Indenização para Executivos que eram amortizados e reconhecidos no resultado do exercício pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano, passaram a ser reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na data da adoção da revisão do pronunciamento, tendo como contrapartida os resultados abrangentes, na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Devido à mudança de prática contábil, o efeito total em 31/12/2013 foi de R\$949, nestas demonstrações financeiras. **3.11.Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de

Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.12.Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP, que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se a probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo dos equivalentes de caixa (nota 5); • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 6); • Realização dos créditos tributários (nota 9.1.2); e • Ações fiscais (nota 17.2). **3.13. Normas emitidas e ainda não adotadas: (a) Normas internacionais (IFRS):** O International Accounting Standards Board (IASB) publicou vários pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis (novos ou alterações), cuja adoção obrigatória é a partir dos exercícios iniciados após 01/01/2014. A Companhia não tem intenção em adotar qualquer uma dessas normas antecipadamente. Aquelas normas que podem ter algum impacto para a Companhia estão apresentadas a seguir: **Aplicáveis em ou a partir de 01 de janeiro de 2014:** • **IAS 36 - Redução no valor recuperável de ativo (Impairment of assets) (alteração):** Introduz alterações e clarificações sobre as divulgações requeridas por esse pronunciamento. • **IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração (Financial Instruments: Recognition and measurement) (alteração):** Clarifica que não há necessidade de descontinuar o hedge accounting no caso de novação do contrato de derivativo vinculado ao hedge desde que sejam atingidas certas condições. • **IAS 32 - Instrumentos financeiros: Apresentação (Financial Instruments: Presentation) (alteração):** Clarifica as condições para apresentação de um ou mais instrumentos financeiros pelo líquido de suas posições. • **IFRIC 21 - Taxas governamentais (Levies) (nova interpretação):** Introduz guia de quando reconhecer uma taxa imposta por ente governamental. **Aplicáveis em ou a partir de 01 de janeiro de 2015:** O IASB suprimiu a data de início de vigência da norma IFRS 9, prevista para 01/01/2015, e ainda não anunciou a nova data. Apenas, informou que não será antes de 01/01/2017. • **IFRS 9 (novo pronunciamento):** Introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. • **IFRS 9 e 7 (alterações):** Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 sobre data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição. A Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos dessas novas normas ou alteração em suas demonstrações financeiras. **(b) Receita Federal do Brasil (RFB):** Em 11/11/2013, foi publicada a Medida Provisória 627 que traz alterações na legislação tributária federal e tem por objetivo harmonizar as regras que regem os tributos federais com os novos critérios e procedimentos contábeis implantados pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009 (normas contábeis internacionais - IFRS). Consequentemente o Regime Tributário de Transição (RTT) será extinto. A norma entra em vigor a partir de 01/01/2015 com a opção de adoção antecipada já a partir de 01/01/2014. A Companhia avaliou a norma e seus impactos e concluiu que não há efeitos relevantes e que irá adotar a norma a partir de 01/01/2015 (inclusive) e não antecipadamente. **4. Gestão de riscos:** A gestão de riscos corporativos na Companhia está baseada nas melhores práticas definidas em COSO (Committee of sponsoring Organizations of the treadway Commission) e Solvência II. O Conselho de Administração executa a atividade de supervisão do gerenciamento de riscos da organização, aprovando o apetite a riscos recomendado pelo Comitê de Riscos (CoR). O CoR tem a responsabilidade de periodicamente rever as estratégias globais dos negócios para entender e administrar os riscos relevantes, dentro das preferências, tolerâncias e limites definidos.

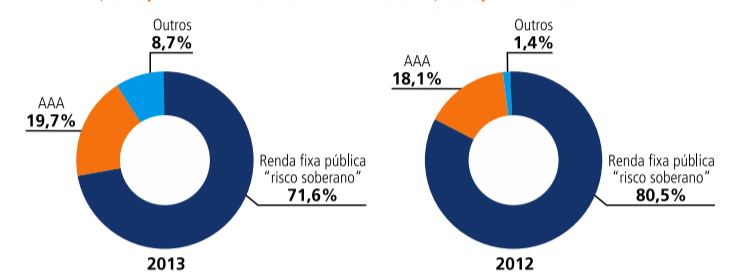
Os direcionamentos estabelecidos são aplicados em cada unidade de negócio (Business Unit – BU), que deverão apoiar a filosofia da gestão de riscos, administrando-os dentro de suas esferas de responsabilidades. Esse apoio possibilitará que os demais níveis gerenciais conheçam e utilizem esses limites aos riscos de acordo com as políticas e normas estabelecidas. **4.1. Riscos de concentração das operações:** A Companhia possui operações em todo o território nacional. As linhas de produtos estão concentradas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Ceará. A tabela abaixo mostra a concentração da arrecadação com títulos de capitalização por unidade da federação.

UF	Representatividade			
	2013	%	2012	%
SP.....	590.484	31%	571.224	38%
MG.....	375.244	20%	327.522	22%
RJ.....	280.487	15%	145.228	10%
SC.....	133.225	7%	80.071	5%
CE.....	107.671	6%	71.068	5%
Outros.....	403.031	21%	300.455	20%
	1.890.142		1.495.568	

4.2. Descrição e gestão dos riscos nas operações: O gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de risco: crédito, mercado, subscrição, operacional, estratégico, legal e compliance.

4.2.1. Risco de crédito: • **Aplicações financeiras:** Os investimentos em crédito privado são realizados de acordo com o definido na política de investimentos da organização e após análises internas do comitê de crédito que avalia o risco de cada emissor. A seguir, a classificação dos investimentos por categoria de risco. Verifica-se que 91,3% do total de aplicações financeiras em 31/12/2013 (98,7% em 2012), estão alocados nas classes AAA ou risco soberano (títulos públicos). Os investimentos contemplam os saldos em conta corrente, operações compromissadas, contas a receber e contas a pagar dos fundos de investimentos exclusivos. Estes investimentos estão apresentados nas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Títulos e créditos a receber” e “Outras contas a pagar”, respectivamente.

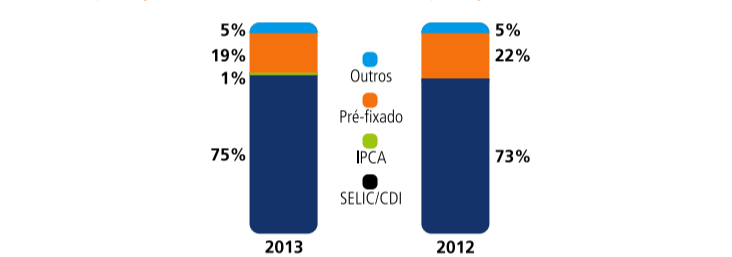
Investimento por categoria de risco
R\$ 808,4 milhões em 31/12/2013 e R\$ 633,2 milhões em 2012



No gráfico, 8,7% referem-se a fundos não exclusivos sem classificações de categoria de riscos.

4.2.2. Risco de mercado: A seguir, a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2013 e 2012, contemplando as operações compromissadas do fundo de investimento exclusivo, que para fins de divulgação das demonstrações financeiras estão apresentadas na rubrica “Equivalentes de caixa”.

Investimento por indexador
R\$ 808,4 milhões em 31/12/2013 e R\$ 633,2 milhões em 2012



• **Risco de liquidez:** Em 31/12/2013 e 2012, os vencimentos dos principais instrumentos financeiros e das provisões técnicas eram os seguintes:

Descrição	2013							
	Até 02 anos ou sem vencimento	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
Instrumentos financeiros								
Equivalentes de caixa	34.626	–	–	–	34.626	34.626	–	36.626
Aplicações financeiras	616.073	115.467	34.663	11.658	777.860	773.780	(4.080)	773.780
Valor justo por meio do resultado	262.158	–	–	–	262.158	262.158	–	262.158
Disponível para venda	353.915	115.467	34.663	11.658	515.702	511.622	(4.080)	511.622
Títulos de capitalização	790.373	–	–	–	–	–	–	790.373
Provisões técnicas.....	790.373	–	–	–	–	–	–	790.373
Refinanciamento fiscal - REFIS	18.020	7.256	11.461	1.910	38.647	–	–	38.647
								2012
Descrição	Até 02 anos ou sem vencimento	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
Instrumentos financeiros								
Aplicações financeiras	571.651	61.612	209	–	633.472	633.210	(262)	633.210
Valor justo por meio do resultado	337.303	–	–	–	337.303	337.303	–	337.303
Disponível para venda	234.348	61.612	209	–	296.169	295.907	(262)	295.907
Títulos de capitalização	601.582	–	–	–	–	–	–	601.582
Provisões técnicas.....	601.582	–	–	–	–	–	–	601.582
Refinanciamento fiscal - REFIS	4.508	6.762	11.269	4.132	26.671	–	–	26.671

O critério de apresentação dos instrumentos financeiros utilizado na tabela por idade foi pela data de vencimento destes ativos. No entanto, alguns instrumentos financeiros possuem liquidez imediata, apesar de estarem distribuídos pelas diversas faixas da tabela. **4.2.3. Risco de subscrição:** O risco de subscrição pode ser identificado, mais especificamente, nos seguintes itens: risco na precificação e risco nas provisões. **(i) Análise de sensibilidade em capitalização (DA e custo de aquisição):** A sensibilidade no resultado antes de impostos, sob impacto de “choques” simulados de 1 ponto percentual nas despesas administrativas e custos de aquisição, está demonstrada a seguir:

Premissas	2013
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(533)
Aumento de 1% nos custos de aquisição.....	(563)
Premissas	2012
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(513)
Aumento de 1% nos custos de aquisição.....	(581)

(ii) Risco na provisão: As provisões técnicas matemáticas apresentaram a movimentação que pode ser observada na nota 14.1. **4.2.4. Risco operacional:** • **Gestão dos riscos operacionais:** O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através do mapeamento dos macroprocessos organizacionais e com o uso de dicionário específico envolvendo os gestores da organização. Para a quantificação destes riscos, são utilizadas auto avaliações, além de insumos oriundos de uma base de perdas operacionais. Todo o processo é realizado de forma sistêmica e atualizado semestralmente, gerando insumos para a área de gestão de riscos corporativos, controles internos e auditoria interna. Através destes insumos, os macroprocessos são avaliados de acordo com o apetite a riscos estabelecidos e plano de ação são determinados para os casos identificados com risco alto. • **Continuidade dos negócios:** O risco de continuidade de negócios é mitigado através de um plano de ação tratado corporativamente e através de ferramentas e metodologias que visam prevenir o funcionamento das atividades essenciais em momentos de crise, evitando e minimizando perdas financeiras para a SulAmérica, seus segurados e participantes. **4.2.5. Risco estratégico:** A SulAmérica possui um Comitê de Avaliação de Planos de Ação (COPA), com participação de sua Alta Administração, com reuniões mensais para avaliar e aprovar todo e qualquer plano de ação proposto, por qualquer unidade de negócio, que implique em investimentos ou despesas adicionais. Estes investimentos e despesas devem ser aprovados de acordo com o orçamento aprovado para o ano. Adicionalmente, para assegurar que os objetivos determinados no planejamento estratégico sejam alcançados, foi adotado pela SulAmérica um modelo de gestão – o Balanced ScoreCard (BSC) – que traduz a estratégia utilizando perspectivas, objetivos, indicadores e metas. Este modelo visa acompanhar no curto prazo o direcionamento do negócio no longo prazo, permitindo assim antecipar possíveis distorções de rumo. **4.2.6. Risco legal e compliance:** Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização junto com seus prestadores de serviço realiza a revisão nas condições gerais dos títulos de capitalização a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica contribui ativamente com projetos para melhoria de gestão das causas

judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. A SulAmérica instituiu uma estrutura de compliance e a figura dos gestores compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos reguladores e fiscalizadores, através de uma sólida cultura de controles internos, elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação. Os gestores compliance têm por função disseminar a metodologia e as determinações de compliance em suas áreas, garantindo a efetividade do gerenciamento dos riscos, através de algumas etapas básicas que consistem no detalhamento das atividades chave e seus processos, identificação de riscos e controles e criação de planos de ação. **(i) Auditoria interna:** Responsável por planejar e coordenar os trabalhos de auditoria preventiva (operacional e sistemas). Certifica a existência de adequados controles internos operacionais e sistêmicos que permitem a identificação e gerenciamento dos riscos presentes no cotidiano da SulAmérica, bem como a aderência às normas e à legislação em vigor. **4.3. Gestão do capital:** A Companhia apura mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Abaixo, a adequação do PLA da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

	2013	2012
Patrimônio líquido contábil	284.399	219.768
Deduções:		
Participações societárias em sociedades financeiras e não financeiras	(59.077)	(116.177)
Despesas antecipadas	(53)	(17)
Créditos tributários sobre base negativa	(7.383)	(5.704)
Ativos intangíveis.....	(94)	(128)
Obras de arte	(1.358)	(2.376)
Patrimônio líquido ajustado - PLA	216.434	95.366
Capital base.....	10.800	10.800
Capital adicional de risco de subscrição	10.848	-
Capital adicional de risco operacional.....	8.603	-
Capital adicional de risco de crédito.....	21.671	16.648
Benefícios de correlação entre riscos	(3.841)	-
Capital Mínimo Requerido (CMR)	37.281	27.448
Suficiência de capital	168.353	67.918

5. Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e os equivalentes de caixa estão mensurados a valor justo através de resultado, classificados no circulante e estão demonstrados a seguir:

Descrição	2013	2012
Caixa e bancos.....	1.857	4.730
Equivalentes de caixa (a)	34.626	–
Total	36.483	4.730
Circulante	36.483	4.730

(a) Em 31/12/13, alinhado com as práticas contábeis adotadas pela SulAmérica, o saldo apresentado como “Equivalentes de Caixa” está representado por aplicações com lastro em títulos públicos, com vencimento em D+1, com liquidez diária e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Aplicações: 6.1. Composição das aplicações:

Descrição	2013					Taxa média de juros	Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros		
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado / contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado / contábil			
Títulos de renda fixa - Privados	2.183	2.183	166.182	166.800			168.983
Certificados de depósito bancário							
Pós-fixado CDI	2.183	2.183	9.833	9.833	100%CDI		12.016
Depósito a prazo com garantia especial do FGC							
Pós-fixado CDI			76.844	77.037	112%CDI		77.037
Letras financeiras			26.819	26.832	107%CDI		26.832
Letras financeiras Subordinadas			52.686	53.098	112%CDI		53.098
Títulos de renda fixa - Públicos			349.520	344.822			344.822
Notas do tesouro nacional – Série B			11.657	9.426	IPCA + 6% a.a.		9.426
Letras financeiras do tesouro			185.069	185.043	SELIC		185.043
Letras do tesouro nacional			55.343	54.177	PRÉ		54.177
Títulos da dívida agrária			97.451	96.176	TR + 3% a.a.		96.176
Quotas de fundos de investimentos	259.975	259.975					259.975
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	72.870	72.870					72.870
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	187.105	187.105					187.105
Letras financeiras do tesouro	185.215	185.215					185.215
Títulos da dívida agrária	1.668	1.668			TR + 3% a.a.		1.668
Letras do tesouro nacional	250	250			PRÉ		250
Outros	(28)	(28)					(28)
Subtotal	262.158	262.158	515.702	511.622			773.780
Percentual de participação nas aplicações		33,88%		66,12%			100%
Total							773.780
Circulante							455.686
Não circulante							318.094

Descrição	2013					Taxa média de juros	Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros		
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado / contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado / contábil			
Títulos de renda fixa - Privados	2.017	2.017	120.947	121.297			123.314
Certificados de depósito bancário							
Pós-fixado CDI	2.017	2.017	17.079	17.085	100%CDI		19.102
Depósito a prazo com garantia especial do FGC							
Pós-fixado CDI			70.447	70.669	112%CDI		70.669
Letras financeiras			33.421	33.543	112%CDI		33.543
Títulos de renda fixa - Públicos			175.222	174.610			174.610
Letras financeiras do tesouro			43.212	43.212	SELIC		43.212
Títulos da dívida agrária			132.010	131.398	TR+3%a.a		131.398
Quotas de fundos de investimentos	335.286	335.286					335.286
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	55.847	55.847					55.847
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	279.934	279.934					279.934
Operações compromissadas	89.611	89.611					89.611
Letras do tesouro nacional	233	233			PRÉ		233
Letras financeiras do tesouro	183.197	183.197			SELIC		183.197
Títulos da dívida agrária	6.404	6.404			TR+3%a.a		6.404
Outros	(6)	(6)					(6)
Subtotal	337.303	337.303	296.169	295.907			633.210
Percentual de participação nas aplicações		53,27%		46,73%			100%
Total							633.210
Circulante							437.212
Não circulante							195.998

6.2. Movimentação das aplicações:

	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Total
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	
Saldo em 01/01/2012	473.264	144.212	617.476		
Aplicações	148.238	173.476	321.714		
Rendimento resgate	(40.937)	(7.323)	(48.260)		
Principal resgate	(275.898)	(27.816)	(303.714)		
Resultado financeiro	32.636	13.719	46.355		
Ajuste a valor de mercado	-	(361)	(361)		
Saldo em 31/12/2012	337.303	295.907	633.210		
Saldo em 31/12/2012	337.303	295.907	633.210		
Aplicações	205.114	305.183	510.297		
Rendimento resgate	(26.340)	(12.807)	(39.147)		
Principal resgate	(239.499)	(107.428)	(346.927)		
Resultado financeiro	20.346	34.586	54.932		
Ajuste a valor de mercado	-	(3.819)	(3.819)		
Outros recebimentos	(34.766)	-	(34.766)		
Saldo em 31/12/2013	262.158	511.622	773.780		

6.3. Análise de sensibilidade das aplicações: As análises de sensibilidade das aplicações foram elaboradas considerando: (i) a metodologia de VaR paramétrico que utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Nos quadros abaixo apresentamos o cálculo do ganho ou (perda) esperada em um dia no resultado através da metodologia VaR e do ganho ou (perda) com a oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Fatores de risco	2013	
	VaR 95%	DV1=0,01%
Préfixado	30,9	-
IPCA	110,4	(0,5)
Taxa Referencial	10,5	(0,2)
Outros	(41,2)	3,6
Total	110,6	2,9
Fatores de risco	2012	
	VaR 95%	DV1=0,01%
Préfixado	0,2	-
IPCA	2,0	-
Taxa Referencial	78,9	(0,4)
Outros	(29,4)	4,3
Total	51,7	3,9

Os ativos referenciados a CDI e SELIC, não apresentam DV01 devido a effective duration ser de apenas 1 dia útil. Em relação ao VaR, tais fatores de risco não apresentaram resultados significativos devido a sua baixa volatilidade (inferiores a R\$1). **6.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado:** Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros, e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA. Esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia, de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 2:** • **Títulos de renda fixa - Públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; • **Certificados de depósito bancário (CDB) e letras financeiras (LF):** Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDB com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: calculados com base na taxa contratada na operação; (ii) CDB sem cláusula de resgate antecipado e com cláusula de resgate antecipado a taxa de mercado: são calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da BM&FBOVESPA, e para o spread de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de CDB e LF das carteiras administradas/fundos no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; • **Depósito a prazo com garantia especial (DPGE):** São títulos pré-fixados e pós-fixados em CDI, SELIC ou índices de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o spread de crédito, formado pelo conjunto das operações de DPGE das carteiras/fundos administrados no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; • **Quotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos. **Nível 3: Ativos classificados como mantidos para venda:** A avaliação realizada para a determinação de mercado utilizou como premissa básica o método comparativo direto de dados de mercado. Tal método estabelece de forma direta um sistema de comparação com imóveis similares, através da coleta de dados de mercado em pesquisa junto a imobiliárias, profissionais especializados, anúncios classificados, entre outros veículos que possam fornecer informações dos imóveis negociados, ofertados ou locados recentemente.

Descrição	2013	
	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros		
Equivalentes de caixa	34.626	-
Valor justo por meio do resultado	262.158	-
Disponível para venda	511.622	-
Ativos mantidos para venda	-	36.412
Total	808.406	36.412

7. Créditos das operações de capitalização: Em 31/12/2013, representam créditos a receber de parcerias comerciais relativos a determinados produtos da Companhia, a vencer em até 60 dias, no valor de R\$216.081 (R\$74.080 em 2012). Os referidos créditos são liquidados financeiramente, na maioria dos casos, deduzidos dos resgates devidos aos referidos parceiros. A Companhia possui cinco parceiros comerciais que representam 54% do total desta rubrica, tanto em 31/12/2013 como em 2012.

Descrição	2013	2012
A vencer		
A vencer entre 01 e 30 dias	114.958	74.080
A vencer entre 31 e 60 dias	101.123	-
Total a vencer	216.081	74.080

8. Títulos e créditos a receber:

Descrição	2013	2012
Conta a receber de corretores (a)	2.002	2.002
Contas a receber da venda de imóveis	1.424	1.224
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (b)	9.315	9.807
Outras contas a receber	2.120	1.879
Impairment	(4.752)	(4.580)
Total	10.109	10.332
Circulante	10.109	10.332

(a) Representam créditos a receber de corretores referentes a operações realizadas no passado para os quais a Administração da Companhia considera que estão em impairment por considera-los de difícil realização, no montante de R\$2.002 em 31/12/2013 (R\$2.002 em 2012). (b) Dividendos a receber de parte relacionada conforme descrito na nota 15. **9. Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos:**

Descrição	2013	2012
Impostos a compensar/ recuperar (Nota 9.1.1)	5.281	5.906
Créditos tributários (Nota 9.1.2)	32.378	20.302
Total	37.659	26.208
Circulante	2.522	3.211
Não circulante	35.137	22.997

9.1.1. Tributos a compensar / recuperar:

Descrição	01/01/2012		Atualização monetária	Pagamentos / baixas	31/12/2012
	Adições	Adições			
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ..	4.027	6.110	205	(6.247)	4.095
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.846	51	132	(276)	1.753
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	58	-	-	58
Total	5.873	6.219	337	(6.523)	5.906
Circulante	3.249	6.219	266	(6.523)	3.211
Não circulante	2.624	-	71	-	2.695

Descrição	31/12/2012		Atualização monetária	Pagamentos / baixas	31/12/2013
	Adições	Adições			
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ..	4.095	9.138	137	(10.018)	3.352
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.753	2.290	113	(2.302)	1.855
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	58	-	4	-	62
Programa de Integração Social - PIS	-	13	-	-	13
Total	5.906	11.441	254	(12.320)	5.281
Circulante	3.211	11.441	190	(12.320)	2.522
Não circulante	2.695	-	64	-	2.759

9.1.2. Movimentação dos créditos e débitos tributários: As bases do imposto de renda e da contribuição social diferidos são compostas da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01/01/2012		Consti-tuição	Realização	Saldo em 31/12/2012
	Saldo em 01/01/2012	Consti-tuição			
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	11.309	1.628	(1.390)		11.547
Redução ao valor recuperável de créditos	1.525	-	-	1.525	
Provisões indedutíveis	788	633	-	1.421	
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	13.622	2.261	(1.390)		14.493
Bases negativas de contribuição social	6.386	60	(742)		5.704
Ajuste a valor de mercado	-	105	-		105
Total dos créditos tributários	20.008	2.426	(2.132)		20.302
Saldo em 31/12/2012	20.302	15.993	(3.917)		32.378
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	11.547	5.254	(1.397)		15.404
Redução ao valor recuperável de créditos	1.525	347	-	1.872	
Provisões indedutíveis	1.421	3.589	(741)	4.269	
Outros	-	69	-	69	
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	14.493	9.259	(2.137)		21.615
Bases negativas de contribuição social	5.704	2.635	(956)		7.383
Ajuste a valor de mercado	105	2.351	(824)		1.632
Outros	-	1.748	-		1.748
Total dos créditos tributários	20.302	15.993	(3.917)		32.378

Em 31/12/2013, o saldo acumulado de base negativa de contribuição social a compensar de R\$49.221 é oriundo dos exercícios de 2002, 2003 e 2006, e sua total realização está prevista para 2015. A parcela constituída em 2013 refere-se a adequação da majoração da alíquota de 9% para 15%, uma vez que a Companhia questiona judicialmente a referida majoração. As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias.

10. Participações societárias:

Descrição	Páteo Participações e Consultoria de Comércio Exterior S.A.		Caixa Capitalização S.A	Total
	Páteo Participações e Consultoria de Comércio Exterior S.A.	Caixa Capitalização S.A		
Saldo em 01/01/2012	8.849	84.325		93.174
Dividendos	-	(32.916)		(32.916)
Equivalência patrimonial (a)	260	39.228		

14. Provisões técnicas: 14.1. Movimentação das provisões técnicas:

	Provisão matemática para capitalização (PMC)	Provisão para resgates (PR)	Provisão para sorteios a realizar (PSR)	Provisão para sorteios a pagar (PSP)	Provisão para despesas administrativas (PDA)	Total
Saldo em 01/01/2012	433.356	30.721	1.344	22.557	3.643	
Incremento.....	1.195.662	-	199.630	184.402	969	
Cancelamentos.....	(3.013)	-	-	(331)	-	
Pagamentos/ baixas.....	(2.671)	(1.115.178)	(199.938)	(176.904)	(1.243)	
Atualização monetária / juros.....	26.404	1.427	645	68	32	
Transferência entre reservas.....	(1.111.238)	1.111.238	-	-	-	
Saldo em 31/12/2012	538.500	28.208	1.681	29.792	3.401	601.582

	Provisão matemática para capitalização (PMC)	Provisão para resgates (PR)	Provisão para sorteios a realizar (PSR)	Provisão para sorteios a pagar (PSP)	Provisão para despesas administrativas (PDA)	Total
Saldo em 31/12/2012	538.500	28.208	1.681	29.792	3.401	601.582
Incremento.....	1.492.560	-	281.710	259.233	238	
Cancelamentos.....	(5.804)	(10)	-	(425)	-	
Pagamentos/ baixas.....	(2.987)	(1.345.229)	(279.297)	(243.869)	-	
Atualização monetária / juros.....	30.016	1.704	875	76	-	
Transferência entre reservas.....	(1.347.173)	1.347.173	-	-	-	
Saldo em 31/12/2013	705.112	31.846	4.969	44.807	3.639	790.373

14.2. Garantia das provisões técnicas: As provisões técnicas possuem as seguintes coberturas:

Descrição	2013	2012		
Provisões técnicas	790.373	601.582		
Ativos dados em garantia:				
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos.....	72.870	55.847		
Quotas de fundos de investimentos exclusivos (a).....	221.731	279.439		
Títulos de renda fixa - Públicos.....	344.822	174.610		
Títulos de renda fixa - Privados.....	166.800	121.297		
Total de ativos	806.223	631.193		
Ativos vinculados em excesso	15.850	29.611		
(a) Em 31/12/2013, a linha de "Quotas de fundos de investimentos exclusivos" contempla o montante de R\$ 34.626 (R\$ 89.611 em 2012) relativo às operações compromissadas, que estão apresentadas na rubrica "Equivalentes de caixa", conforme a nota 5, as quais são oferecidas como cobertura das provisões técnicas. 15. Partes relacionadas: 15.1. Transações: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:				
Descrição	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (b) (c).....	2013	2012	2013	2012
Saespar Serviços e Participações S.A. (d).....	2	8	174	-
Sul América Saúde Companhia de Seguros(e).....	-	-	-	-
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.(f).....	-	-	63	98
Caixa Capitalização S.A.(g).....	9.315	9.807	-	-
Total	9.317	10.052	234	33

(a) Valor referente a conta corrente entre empresas do grupo; (b) Valor referente ao rateio de aluguel do prédio da Nova matriz; (c) Valor referente a receita com aluguel intergrupo; (d) Valor referente ao rateio e reembolso de despesas relativas a utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa; (e) Refere-se ao seguro saúde dos funcionários da Companhia, calculados com base nas mesmas premissas atuariais utilizadas para os produtos grupais comercializados pela SulAmérica; (f) Refere-se à taxa de administração por serviços de gestão de ativos; (g) Valor referente aos dividendos a receber distribuídos pela coligada. Em 2013, a Companhia recebeu de sua coligada Caixa Capitalização S.A. dividendos no montante de R\$39.228 (R\$30.811 em 2012) e pagou dividendos aos seus acionistas no montante de R\$10.743 (R\$100.263 em 2012).

15.2. Remuneração da administração: A Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios pós emprego	Total
2013		
Contas a pagar.....	2.070	4.383
Despesas.....	8.997	226
2012	8.841	-

16. Compromissos e ônus a liquidar: 16.1. Outros créditos: Em 31/12/2013, o saldo de R\$1.163 (R\$869 em 2012) da rubrica "Outros créditos", no ativo circulante, é composto principalmente por recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referentes a demandas judiciais no montante de R\$1.003 (R\$698 em 2012). **16.2. Garantia das provisões técnicas:** A Companhia possui bens vinculados à SUSEP, oferecidos em garantia para coberturas das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 14.2. **17. Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais:** 17.1. Depósitos judiciais e fiscais:

Descrição	Saldos em 01/01/2012	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/baixas	Saldos em 31/12/2012
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis.....	6.281	2.652	-	(741)	8.192
Trabalhistas.....	17.759	502	166	(1.068)	17.359
Tributárias:					
PIS.....	13.644	2.111	561	-	16.316
COFINS.....	23	-	1	-	24
CSLL.....	14.831	2.230	909	(1.758)	16.212
Imposto de renda.....	11.054	13	595	-	11.662
IPTU.....	8.809	-	33	(8.824)	18
Multas.....	2.660	-	86	(1.261)	1.485
Outros.....	1.180	88	10	(1.036)	242
Previdenciárias:					
INSS.....	7.220	205	213	(107)	7.531
Total	83.461	7.801	2.574	(14.795)	79.041

17.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais: Em 31/12/2013, o total de ações judiciais e fiscais de R\$77.090 (R\$67.131 em 2012) tem R\$47.240 (R\$42.374 em 2012) registrado na rubrica "Obrigações fiscais" (nota 12.1) e R\$27.099 (R\$ 24.757 em 2012) registrado na rubrica "Provisões judiciais".

Descrição	Saldos em 01/01/2012	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/baixas	Saldos em 31/12/2012
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis.....	6.672	536	-	(458)	6.750
Trabalhistas.....	8.317	2.561	190	(214)	10.854
Tributárias:					
PIS.....	12.486	628	513	-	13.627
COFINS.....	17.320	-	763	(4.414)	13.669
CSLL.....	8.968	963	658	(1.141)	9.448
Imposto de renda.....	3.872	-	273	-	4.145
Multa.....	2.649	-	97	(1.261)	1.485
Outros/IPTU.....	8.788	-	36	(8.824)	-
Previdenciárias:					
INSS.....	6.698	219	235	-	7.152
Total	75.770	4.908	2.764	(16.312)	67.130

Em 31/12/2013, o valor total em discussão dos processos fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" pelos advogados que patrocinam as causas é de R\$ 85.201, dos quais o valor de R\$ 17.826 está provisionado por se referir, basicamente, a obrigações legais. A parcela não provisionada, no valor de R\$ 67.375 é composta principalmente pela glosa do prejuízo fiscal, base negativa e não homologação de tributos na esfera administrativa. **17.3. Ações fiscais: (a) INSS:** A Companhia questiona e deposita judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de capitalização, instituída pela Lei Complementar nº 84/1996 e regulamentações/alterações posteriores, por entender que os serviços de corretagem de capitalização não são prestados às empresas de capitalização, estando desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, do Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991 com nova redação contida na Lei nº 9.876/1999. O processo encontra-se no Superior Tribunal de Justiça (STJ) aguardando o julgamento de recurso da Companhia. Os valores devidos encontram-se integralmente provisionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a expectativa de perda da demanda. **17.4. Contingências: (a) PIS:** A Sul América Capitalização S.A., incorporada pela Companhia, questionou e depositou judicialmente: (i) a

contribuição do PIS, instituída pelas Emendas Constitucionais nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997, com a incidência de 0,75% sobre a receita bruta. O processo judicial relativo à Emenda Constitucional nº 01/1994 encontra-se em segunda instância, aguardando julgamento dos recursos de apelação interpostos pela Companhia e pela União Federal. O processo judicial relativo às Emendas Constitucionais nºs 10/1996 e 17/1997 encontram-se em segunda instância aguardando julgamento do recurso da Companhia. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a expectativa de perda dos processos relativos às Emendas Constitucionais nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997; e (ii) em fevereiro de 1999, com a promulgação da Lei nº 9.701/1998 e da Lei nº 9.718/1998, a base de cálculo do PIS foi ampliada em função do novo conceito de receita bruta, e sua alíquota reduzida de 0,75% para 0,65%. A Companhia questionou a constitucionalidade da expansão da carga tributária do PIS, com base na Lei Complementar nº 7/1970 e vem provisionando e depositando judicialmente os valores devidos. O processo encontra-se no STJ, aguardando julgamento de recurso da Companhia. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a expectativa de perda da demanda. **(b) CSLL:** Com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração da alíquota da contribuição social a partir de maio de 2008, de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado mandado de segurança. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda da demanda. **18. Patrimônio líquido: 18.1. Capital social:** O capital social da Companhia em 31/12/2013 é de R\$ 179.969 (R\$109.422 em 2012), sendo R\$100.309 (R\$ 109.422 em 2012) aprovados, R\$69.660 em aprovação e R\$10.000 referente ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), dividido em 361 ações ordinárias nominativas (275 em 2012), sem valor nominal e totalmente integralizadas. Em 26/11/2013, o aumento de capital mencionado foi autorizado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que encontra-se em fase de homologação pela SUSEP. **18.2. Reserva legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 20% do capital social. **18.3. Reserva estatutária:** Constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para reserva legal e dividendos, não podendo exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deliberará sobre aplicação do excesso na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. **18.4. Ajuste de avaliação patrimonial:** A rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para a venda, relativos a títulos próprios e de sua coligada e as perdas atuariais não realizadas com plano de pensão de benefício definido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. **18.5. Política de distribuição de dividendos:**

• Dividendos obrigatórios: O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor. **• Dividendos adicionais:** Os dividendos adicionais são aqueles propostos acima do montante obrigatório em um exercício social e aprovados para pagamento pela Assembleia Geral de Acionistas no ano seguinte. **• Dividendos intermediários:** O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 02/05/2012, aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$28.000, dos quais R\$26.473 foram pagos no próprio mês de maio, a ser considerado como antecipação de dividendos relativo ao exercício findo em 31/12/2012.

Destinação do lucro líquido do exercício	2013	2012
Lucro líquido do exercício antes dos impostos e participações.....	75.741	60.884
(-) Impostos e contribuições.....	(8.902)	(8.382)
(-) Participações.....	(2.419)	(1.870)
Outras realizações (Reversão de dividendos prescritos).....	-	7.937
Subtotal	64.420	58.569
(-) Constituição da reserva legal (5%).....	(3.221)	-
Lucro líquido ajustado (artigo 202 – Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações).....	61.199	58.569
Dividendos mínimos propostos – (R\$42.381,08 por ação) ...	(15.300)	-
Dividendos antecipados e pagos – (R\$101.818,18 por ação em 2012) – superior ao mínimo obrigatório.....	-	(28.000)
Constituição de reserva estatutária.....	(45.899)	(30.569)

19. Detalhamento das contas do resultado:
19.1. Receita líquida com títulos de capitalização:

Descrição	2013	2012
Arrecadação com título de capitalização.....	1.897.344	1.499.218
Devolução e cancelamentos com títulos de capitalização.....	(7.201)	(3.650)
Variação da provisão para resgate.....	(1.486.746)	(1.192.649)
Total	403.397	302.919

19.2. Custos de aquisição:

Descrição	2013	2012
Despesas de corretagem.....	(18.654)	(18.390)
Despesas de custeios de venda.....	(37.634)	(39.726)
Total	(56.288)	(58.116)

19.3. Outras receitas e despesas operacionais:

Descrição	2013	2012
Receita com resgates de títulos de capitalização.....	3.033	2.988
Receita com prescrição de exigibilidade.....	1.965	5.782
Despesas com provisões cíveis.....	(3.128)	(2.005)
Outras receitas e despesas operacionais.....	(3.612)	(2.100)
Total	(1.742)	4.665

19.4. Despesas administrativas:

Descrição	2013	2012
Pessoal próprio (a) (b).....	(29.222)	(30.576)
Serviço de terceiros.....	(14.715)	(14.494)
Localização e funcionamento.....	(7.183)	(6.559)
Outras despesas administrativas.....	(2.214)	(1.252)
Total	(53.334)	(52.881)
(a) Inclui remuneração do pessoal-chave da administração. (b) Em 31/12/2013 e 2012, os benefícios aos funcionários estão representados basicamente por:		
Vale alimentação, refeição e transporte.....	(2.824)	(2.765)
Seguro saúde e odontológico.....	(845)	(1.045)
Treinamento.....	(399)	(588)
Auxílio creche/ babá.....	(96)	(96)
Previdência Privada.....	(40)	(2)
Outros.....	(206)	(142)
Total	(4.410)	(4.638)

Conselho de Administração: Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas; **Conselheiros:** Carlos Infante Santos de Castro e Gabriel Portella Fagundes Filho. **Diretoria: Presidente:** Gabriel Portella Fagundes Filho; **Vice-Presidente:** Sérgio Alfredo Diuana; **Diretores:** Aníbal Ruger Alves Estima Filho; César Tadeu Alonso Dominguez; Laenio Pereira dos Santos; Leila Ribeiro de Azevedo e Gregório.

Contador: Mauro Reis d'Almeida CRC - RJ 066.620/O-7 **Atuária:** Anna Paula Nardi de Almeida - MIBA/MTPS/660

19.5. Despesas com tributos:

Descrição	2013	2012
COFINS.....	(5.410)	(4.883)
PIS.....	(452)	(794)
Taxa de fiscalização – SUSEP.....	(414)	(400)
Outros.....	(235)	(226)
Total	(6.511)	(6.303)

19.6. Resultado financeiro: 19.6.1. Resultado financeiro por categoria:

Descrição	2013	2012
Títulos e valores mobiliários	54.932	46.355
Valor justo por meio do resultado.....	20.346	32.636
Disponível para venda.....	34.587	13.719
Operações de capitalização	(32.671)	(28.576)
Atualização monetária e juros de depósitos judiciais, da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(5.179)	(2.001)
Outros	74	618
Total	17.157	16.396

19.6.2. Receitas financeiras:

Descrição	2013	2012
Valorização de quotas de fundos de investimentos.....	22.497	38.302
Títulos de renda fixa – Privados.....	13.635	7.523
Títulos de renda fixa – Públicos.....	21.366	6.337
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais ..	2.781	3.008
Outras.....	1.893	1.585
Total	62.172	56.755

19.6.3. Despesas financeiras:

Descrição	2013	2012
Operações de capitalização.....	(32.671)	(28.544)
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados.....	(2.570)	(5.809)
Atualização monetária e juros da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais.....	(7.960)	(5.009)
Outras.....	(1.814)	(997)
Total	(45.015)	(40.359)

19.7. Ganhos e perdas com ativos não correntes: Em 2013, o resultado é composto basicamente pela alienação de terreno no valor de R\$12.420.

Em 2012, o resultado é composto pela reversão da provisão de processos fiscais de responsabilidade da Companhia. **19.8. Demonstração dos cálculos de imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social de 31/12/2013 e 2012, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2013	2012
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	75.741	75.741
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais.....	(18.935)	(11.361)
Correntes:		
Adições:		
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais.....	(1.574)	(944)
Redução ao valor recuperável.....	(43)	(26)
Despesas não dedutíveis.....	(292)	(133)
Provisões indedutíveis.....	(2.271)	(1.362)
Outras adições.....	(243)	(25)
Exclusões:		
Ajustes de investimentos em coligadas e controladas.....	9.807	5.884
Reversão de provisões não dedutíveis.....	1.876	1.043

Parecer atuarial

Com base em 31 de dezembro de 2013, elaboramos a avaliação atuarial das provisões técnicas, dos limites de retenção e dos demais aspectos atuariais da Companhia, conforme estabelecido nas Circulares SUSEP nºs 272/2004 e 462/2013, e também na Resolução CNSP nº 135/2005. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião técnica sobre a adequação dos pontos analisados. Nossos exames foram conduzidos de acordo com os princípios atuariais e compreenderam, principalmente, em: (a) verificar a adequação das provisões técnicas calculadas conforme os parâmetros técnicos estabelecidos nas Notas Técnicas Atuariais e na legislação em vigor; (b) avaliar a capacidade da Companhia em cumprir os seus compromissos com seus clientes; (c) verificar a adequação dos

ativos garantidores das provisões frente aos passivos. Com base em nossa Avaliação Atuarial, no que diz respeito às melhores práticas atuariais aplicáveis e nos aspectos relevantes, somos da opinião que, em 31 de dezembro de 2013: (a) todas as provisões técnicas constituídas foram calculadas conforme os parâmetros técnicos estabelecidos nas Notas Técnicas Atuariais e na legislação em vigor, e são suficientes para honrar os compromissos da Companhia com os clientes. (b) os ativos que dão cobertura às provisões técnicas encontram-se devidamente adequados ao comportamento esperado dos passivos. Rio de Janeiro, 21 de Janeiro de 2014. Anna Paula Nardi de Almeida - Atuário Responsável Técnico - MIBA/MTPS/660. Anibal Ruger Alves Estima Filho - Diretor Técnico.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013

1. O Comitê de Auditoria da Sul América Capitalização S.A - SULACAP ("Companhia") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, até a presente data: • Reuniu-se com os responsáveis pelas auditorias interna e independente, bem como com os representantes da administração da Companhia, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das recomendações do Comitê de Auditoria ("Comitê"); • Constatou que não foram identificadas deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade das auditorias independente e interna e do sistema de controles internos da Companhia; • Verificou que a auditoria interna e o sistema de controles internos da Companhia atendem às necessidades da Companhia, não tendo identificado deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade da auditoria interna e do sistema de controles internos da Companhia; • Com base nas informações das auditorias independente e interna, não identificou falhas

no cumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da Companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio; e • Revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis referendadas pela SUSEP e adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação ou arquivamento junto à SUSEP. 2. O Comitê não identificou a existência ou evidência de erros ou fraudes de que trata o art. 29 da Resolução CNSP nº 118, de 22 de dezembro de 2004. 3. O Comitê verificou o atendimento ao disposto no § 4º do art. 14 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007 e não identificou o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2014. Carlos José da Silva Azevedo - Presidente; Jorge Augusto Hirs Saab - Membro; Domingos Carelli Neto - Membro.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e aos Acionistas da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP. Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles

internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Outros Assuntos: Auditoria dos valores correspondentes:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 22 de fevereiro de 2013, que não conteve nenhuma modificação.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2014



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O -6 F-RJ

Carlos Eduardo Munhoz
Contador - CRC 1SP138600/O-7